

**AUDIÇÃO PÚBLICA DA
COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE TIMOR-LESTE
A AUTODETERMINAÇÃO E A COMUNIDADE INTERNACIONAL**

Intervenção de Luísa Teotónio Pereira

Quero, em primeiro lugar, agradecer o convite que me foi feito pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação para testemunhar na audição pública dedicada ao tema "*A Autodeterminação e a Comunidade Internacional*", assim como o apoio disponibilizado pelo Governo português, que facilitou a minha deslocação desde Lisboa e a estada em Díli durante estes dias.

Sinto este convite, simultaneamente, como um privilégio e uma grande responsabilidade. Privilégio pela possibilidade que me oferece de vir, mais uma vez, a Timor-Leste, de conhecer de perto o importantíssimo trabalho que a Comissão tem realizado e de reflectir, em conjunto com todos os que participam nesta sessão, sobre o que fizemos, ou não fizemos, e o que aprendemos com isso; responsabilidade, em particular pelo facto de representar, de certo modo, a sociedade civil portuguesa, quando ela é tão diversa e foram tantos os que protagonizaram o percurso de solidariedade com o povo timorense. Apesar de ter coordenado, durante 19 anos, os trabalhos da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), e de ser, desde há 30 anos, membro da Direcção do CIDAC-Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, procurarei aqui explicar e interpretar os desígnios e as acções de um conjunto muito mais vasto de organizações, grupos informais e cidadãos que quiseram intervir, entre 1974 e 1999, pela defesa do direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.

Portugal colonizou Timor-Leste durante perto de 400 anos. Apesar da minha geração ainda ter aprendido na escola que Portugal "*vai do Minho* [região norte de Portugal continental] *a Timor*" e dos timorenses da minha geração ainda terem decorado na escola as linhas dos caminhos de ferro de Portugal, os dois territórios permaneceram praticamente desconhecidos um do outro até final de 1999, quando voltou a ser permitido aos portugueses pisar solo timorense livre e aos timorenses entrar e sair livremente do seu país. Durante estes longos séculos, Timor-Leste nunca foi uma prioridade para o Estado português. Geograficamente situada quase nos antípodas da capital do "império", a colónia manteve sempre uma presença portuguesa diminuta e não mereceu nenhum investimento significativo no desenvolvimento por parte do poder central. Em contraste com o que acontecia relativamente aos territórios africanos sob dominação portuguesa, a visão que a maioria dos portugueses tinha de Timor-Leste era vaga e longínqua, estava ligada ao facto de a colónia ser destino de deportados e de se terem construído e divulgado vários mitos sobre as ligações de lealdade dos timorenses para com os portugueses.

A ruptura do 25 de Abril de 1974 alterou profundamente a sociedade portuguesa e a sua relação com as colónias. Apesar destas circunstâncias e das que a seguir veremos, já relacionadas com o período posterior, Portugal não deixou nunca de se afirmar como Potência Administrante do território de Timor-Leste, como se pode verificar desde 1976 na Constituição da República Portuguesa (ao contrário do que aconteceu com o Estado espanhol, que enjeitou as suas responsabilidades para com o Sahara Ocidental), o que constituiu uma opção política fundamental para todo o processo de autodeterminação.

Foi neste contexto que começaram a emergir, ainda em 1974, as preocupações dos cidadãos portugueses face ao futuro de Timor-Leste e, posteriormente, as suas tomadas de posição e acções a vários níveis. Numa tentativa de sistematizar os dados de forma a podermos compreender melhor o seu significado político e cultural, a exposição que se segue não será cronológica, mas temática. Começaremos por ver quais foram, ao longo

do tempo, as motivações das pessoas e organizações que se manifestaram publicamente; descreveremos em seguida os principais actores em causa, assim como as alianças que estabeleceram, para depois abordarmos as suas metodologias e instrumentos de acção; e, finalmente, reflectiremos sobre as aprendizagens que este percurso de um quarto de século nos proporcionou.

AS MOTIVAÇÕES

O Movimento das Forças Armadas (MFA), que desencadeou em Portugal o 25 de Abril, fê-lo sob o signo dos três D: Descolonizar, Democratizar e Desenvolver. Nenhum destes desígnios era fácil, no termo de 48 anos de regime ditatorial. Até ao discurso pronunciado pelo Presidente da Junta de Salvação Nacional, General António de Spínola, no dia 27 de Julho de 1974, os caminhos da descolonização eram muito incertos. Desde esse momento, no qual o novo poder afirmou claramente o seu compromisso para com o direito à autodeterminação e independência dos povos das colónias, até à sua real efectivação, entre Junho e Novembro de 1975 no que diz respeito aos territórios de Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola, o debate sobre esta matéria foi muito forte na sociedade portuguesa.

Também em relação a Timor-Leste, embora numa escala mais modesta, se defrontaram os partidários da descolonização e aqueles que desejavam manter as ligações entre Portugal e as colónias. Num primeiro tempo, que podemos situar entre Abril de 1974 e o início de 1975, o argumentário foi esgrimido sobretudo em Timor e em círculos político-partidários e militares restritos, pois a opinião pública portuguesa estava demasiado envolvida nas transformações internas e nos acontecimentos que se desenrolavam nos territórios que tinham constituído as três frentes de guerra durante os últimos 13 anos: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Cabo Verde chamou também a atenção, pela posição geo-estratégica em que se situava e pelas várias manobras internacionais de que foi alvo, na tentativa de impedir o seu acesso à independência.

O agudizar das contradições do processo de descolonização em Timor, os apelos lançados por portugueses de ambos os quadrantes ideológicos em presença, a acção dos nacionalistas timorenses que tinham tomado conta da Casa de Timor em Lisboa e os acontecimentos que levaram à saída precipitada da comunidade portuguesa do território, em Agosto de 1975, assim como, entre esse momento e a invasão oficial por parte da República da Indonésia, a 7 de Dezembro, a saída de alguns milhares de timorenses que procuraram refúgio na Austrália, na Indonésia e em Portugal e a retirada das Forças Armadas portuguesas de Ataúro, trouxeram finalmente a questão de Timor para a praça pública.

No entanto, num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, o debate foi sempre balizado, e até abafado, pelo conturbado desenvolvimento do processo político em Portugal, que teve uma mudança de rumo fundamental a 25 de Novembro de 1975 e pelo desenvolvimento do processo de descolonização, progressivamente centrado no caso de Angola, que proclamou a sua Independência, não reconhecida por Portugal, a 11 de Novembro do mesmo ano.

A sociedade portuguesa foi assim atravessada por dois movimentos de opinião contraditórios, um a favor da completa descolonização de Timor, que seguia em geral as tomadas de posição da FRETILIN, e outro contra a descolonização de Timor, que seguia as propostas da UDT, de manutenção da ligação a Portugal, ainda que transitoriamente. O real desconhecimento da história e cultura timorenses, do contexto geo-estratégico em que o território estava inserido, a sua lonjura face à metrópole e o secretismo das negociações mantidas entre Portugal e a Indonésia contribuíram para manter a discussão sobre Timor num registo menor, marcadamente ideológico e pouco operativo. Ou seja, os cidadãos portugueses que se interessaram pelos direitos do povo timorense não

tiveram a capacidade de impor ao poder político de então mudanças estratégicas de fundo, como o reforço da presença e actuação portuguesas e a internacionalização da questão, que poderiam eventualmente ter alterado os acontecimentos.

Depois da invasão indonésia, a corrente de opinião contrária à descolonização apagou-se, remetendo-se ao silêncio, apenas dando sinal de si pontualmente, em momentos ditados pelo desenrolar do processo interno. Este segmento de opinião caucionou assim a política dos governos que aceitaram, na prática, a ocupação ilegal indonésia, apostando no isolamento e na passagem do tempo como os factores que obrigariam os timorenses a renderem-se à evidência do mais forte e que levariam a comunidade internacional a esquecer os seus princípios de defesa do direito à autodeterminação.

Neste terreno minado, empenharam-se alguns núcleos de cidadãos na continuação do acompanhamento do processo, na manutenção da comunicação com os timorenses, dentro e fora do território, na denúncia da nova ocupação colonial e das atrocidades cometidas pelas Forças Armadas indonésias. Havia duas fontes de motivação principais: por um lado, a forte relação com o povo timorense, por parte daqueles que tinham estado em Timor, muitos dos quais tinham vivido as enormes tensões dos meses que antecederam a invasão; por outro lado, sobretudo para aqueles que não conheciam Timor, as convicções políticas, nomeadamente anti-coloniais e anti-ditatoriais, forjadas nas lutas pela democracia e pela libertação das colónias. "*Um povo não pode ser livre enquanto oprimir outros povos*", era uma das palavras de ordem mais repetidas antes e depois do 25 de Abril. Em ambos os casos, emergia fortemente um sentido de responsabilidade pelo destino do povo de Timor-Leste: Portugal, enquanto ex-colonizador, enquanto Potência Administrante, os cidadãos portugueses, não podiam alhear-se da vontade expressa pelo povo timorense na sua resistência contra o invasor.

Por força do absoluto isolamento e do genocídio a que foi submetida a população, progressivamente, a Igreja católica timorense foi abandonando a sua posição inicial de aceitação da presença indonésia e tomando a defesa do seu povo. Os apelos lançados pelo clero para o exterior do território moveram outras consciências, que se organizaram durante a década de 80.

As múltiplas e repetidas violações dos direitos humanos em Timor-Leste foram ganhando cada vez mais impacto internacional. O seu conhecimento e a sua denúncia sistemáticos permitiram sensibilizar novos círculos de pessoas e, em particular, a geração mais jovem. Coube, no entanto, aos mais experimentados, que tinham vivido as últimas décadas do colonialismo português e acompanhado o percurso dos movimentos de libertação das então colónias africanas, demonstrar como a razão última da violência tinha uma raiz política, ou seja, era a ocupação colonial indonésia e, simultaneamente, a sua recusa.

A clarividência política e a coragem dos timorenses, que se empenharam em fazer passar para o exterior as exigências de respeito para com os seus direitos inalienáveis, criaram condições para o alargamento da base de apoio do processo de autodeterminação. Na segunda metade da década de 80, a saída forçada de Mons. Da Costa Lopes de Díli, as mensagens de Mons. Ximenes Belo e a formação da Convergência Nacionalista forneceram argumentos contra a tão propalada "divisão dos timorenses". No início dos anos 90, com a queda do muro de Berlim, dissiparam-se também os preconceitos quanto à natureza política da Resistência timorense, o que facilitou, em Portugal, mudanças de posicionamento ao nível do aparelho de Estado. Por sua vez, foi neste contexto que o massacre de Santa Cruz gerou uma verdadeira comoção nacional, com um impacto duradouro nos anos seguintes, apesar dos tempos difíceis, de angústia e de dúvida, que se seguiram à prisão do Comandante Xanana Gusmão e às sucessivas lideranças da Resistência no terreno.

Entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90 que ressurgiram algumas expressões de apoio explícito à integração de Timor-Leste na Indonésia. Embora dispondo de alguns meios, os seus protagonistas não tinham qualquer credibilidade, quer pelo seu passado, quer pela falta de seriedade com que intervinham e não deixaram nunca de ser um pequeno grupo isolado.

Balançando entre a emoção, os princípios e a análise política da situação em Timor-Leste, na Indonésia e nas chancelarias com mais poder a nível mundial, apoiando-se no movimento de solidariedade internacional que se foi construindo e ampliando ao longo dos anos, a solidariedade portuguesa manteve sempre, como primeira fonte de motivação, o povo de Timor-Leste - o seu desejo vital de liberdade, a sua opção de dar a vida pelo futuro, as suas capacidades de luta inteligente, os seus direitos reconhecidos pela legalidade internacional. Quando os mais cépticos, nomeadamente ao nível do Estado, tentavam justificar medidas ditas "realistas" para, como diziam, "*acabar com o sofrimento do povo timorense*", a resposta era: "*enquanto o povo de Timor-Leste continuar a lutar, que sentido faz sermos nós a ceder perante as ameaças e as pressões?*".

OS ACTORES

No campo das organizações mais politizadas, o CIDAC (então Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial) foi a primeira, desde Setembro de 1974, a manifestar-se e a agir em relação a Timor-Leste. Pouco depois participou na criação da Associação de Amizade Portugal-Timor Leste e em 1981 na constituição da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), que sempre contou com o seu apoio político e logístico. Muitos anos mais tarde, em 1996, fundou, em parceria com a CDPM, o Centro para a Cidadania Timorense (CCT), organização dedicada ao apoio à Comunidade Timorense que vivia em Portugal.

A Associação de Amizade Portugal-Timor, formada em 1978, Leste teve uma vida curta; a sua importância reside no facto de ter aparecido num período difícil da luta timorense e de ter sido uma iniciativa dos portugueses que tinham estado no território e que queriam, recorrendo a um modelo organizativo então em voga – as Associações de Amizade - dar o seu contributo para a defesa dos direitos do povo de Timor-Leste.

A CDPM foi a mais permanente das estruturas de solidariedade com o povo timorense. Criada em 1981, no seguimento da realização em Lisboa da sessão sobre Timor-Leste do Tribunal Permanente dos Povos, decidiu 21 anos depois, em Assembleia Geral, auto-dissolver-se, por considerar atingido o seu principal objectivo: o pleno exercício do direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.

Para corresponder aos apelos lançados pela Igreja timorense, constituiu-se em 1983 a organização "A Paz é Possível em Timor-Leste". O seu trabalho centrou-se na recolha, tratamento e divulgação de informação sobre as violações dos direitos humanos em Timor-Leste e na criação e participação em estruturas internacionais ecuménicas como a "Christian Consultation on East Timor".

Em conjunto, a CDPM e o grupo ecuménico "A Paz é Possível em Timor-Leste" criaram, em momentos diferentes, dois projectos de informação dedicados à sensibilização da comunidade internacional: o "*East Timor News*" e o "*Observatorio Timor-Leste*" e tiveram uma acção importante no âmbito da Comissão e da Subcomissão dos Direitos Humanos da ONU.

Também no âmbito da Igreja católica se deve mencionar o grupo "Paz e Justiça para Timor-Leste" que iniciou a aproximação sistemática aos parlamentares portugueses, motivando-os para tomarem posições claras de apoio aos direitos do povo timorense.

A partir de 1989 iniciaram-se as Jornadas sobre Timor-Leste da Universidade do Porto, que tiveram o mérito fundamental de sensibilizar para a questão timorense os meios universitários, portugueses e de outros países e de apoiar o processo de criação de confiança e de acção coordenada entre nacionalistas timorenses e democratas indonésios.

Com a finalidade principal de captar a atenção dos media internacionais, mas também de promover a questão de Timor-Leste nos meios universitários de vários países do mundo, no rescaldo do massacre de Santa Cruz, surgiu uma iniciativa de grande impacto: o "Lusitânia Expresso". Os seus promotores criaram mais tarde a "Associação 12 de Novembro", também dedicada ao apoio da Comunidade Timorense.

No seguimento do massacre de Santa Cruz, floresceram dezenas de pequenos grupos e centenas de iniciativas em todos os meios – estudantil, sindical, profissional, municipal, religioso... Em Março de 1992 realizou-se a "I Convenção por Timor-Leste", na qual convergiram esta miríade de expressões de cidadania, com o objectivo de reafirmar o direito à autodeterminação e independência do povo timorense. Muitos destes grupos, a maior parte das vezes de natureza informal, deram origem a acções de sensibilização com alguma continuidade, que constituíram a base do grande movimento nacional desencadeado com os acontecimentos de Setembro de 1999. Em Abril de 2002, nas vésperas da proclamação da Independência, teve lugar, em Lisboa, a "II Convenção por Timor-Leste", que congregou centenas de portugueses e timorenses dispostos a participar no processo de Reconstrução do país.

A Comunidade Timorense em Portugal manteve sempre com autonomia as suas próprias organizações, de natureza partidária, recreativa, cultural e desportiva ou de entreatajuda. Convidados pontualmente, através de alguns dos seus elementos, a participar em estruturas portuguesas, terá havido uma única ocasião em que conjugaram esforços, em pé de igualdade, com cidadãos de origem portuguesa: foi o caso da "Comissão Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor", criada em 1993.

AS ALIANÇAS

A razão de ser do movimento de solidariedade era o não reconhecimento dos direitos do povo de Timor-Leste. Os primeiros e naturais aliados eram, pois, todos os timorenses que, por qualquer forma, e em qualquer lugar – no interior, como no exterior - recusavam a ocupação ilegal da Indonésia e a violação dos direitos humanos e lutavam pela liberdade do seu país.

Os dirigentes timorenses, tanto civis como religiosos, foram os elos mais visíveis dessa cadeia de resistência. Com eles os vários grupos de solidariedade foram estabelecendo um diálogo, nem sempre fácil (quer por razões políticas, quer logísticas), mas sempre insubstituível e fecundo. A manutenção da autonomia de pensamento e de acção de cada parte (movimento de resistência timorense e movimento de solidariedade), num quadro de profundo respeito pelas decisões soberanas dos dirigentes timorenses, constituiu em si um dos maiores desafios e uma das mais importantes oportunidades de aprendizagem mútua de todo o processo em que nos envolvemos.

O percurso das organizações de solidariedade portuguesas foi interdependente da expansão e da maturação do movimento a nível internacional. Na segunda metade dos anos 70 existiam fundamentalmente 3 núcleos: na Austrália, no Reino Unido – o TAPOL - e em Portugal. A pouco e pouco, os apelos do povo timorense foram ganhando cidadãos e organizações em muitos outros países europeus, nos EUA e Canadá, na Nova Zelândia e nos países do Pacífico, em África e na América Latina, na Ásia – até chegar, quase 20 anos depois, ao "coração do inimigo", a Indonésia. As capacidades de trocar informação em tempo útil, de discutir politicamente questões sensíveis, de estabelecer estratégias

comuns, de juntar esforços em ocasiões privilegiadas, foram crescendo progressivamente e tornaram-se uma condição essencial para o reforço de cada uma das organizações participantes na rede.

As relações com o poder político português transformaram-se radicalmente ao longo dos anos. Porque o posicionamento do Governo e do Presidente da República face à forma como, na prática, encaravam as suas responsabilidades constitucionais e internacionais, se modificou, a desconfiança foi dando lugar à compreensão mútua e à criação de medidas de confiança, o antagonismo foi desaparecendo para dar lugar à cooperação. Num país de tradição centralizadora secular, onde as organizações não-governamentais não são reconhecidas nem apreciadas por parte dos decisores políticos, a intervenção por Timor-Leste tornou-se num caso quase exemplar. Chegou a ser possível, não só partilhar informações, como também papéis, de acordo com análises conjuntas das situações e a identificação das mais-valias de cada parte. Sendo Portugal a Potência Administrante de Timor-Leste, esta colaboração entre os órgãos de soberania e as organizações da sociedade civil a nível nacional foi vital para se conseguirem obter os resultados desejados em cada etapa.

AS ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

A recolha, tratamento e difusão de informação constituíram a parte mais importante do trabalho da solidariedade internacional em geral e da portuguesa, em particular. A prioridade foi sempre a de dar voz, no exterior, aos timorenses, quer sobre as realidades que viviam, quer sobre as suas aspirações e reivindicações. Em 25 anos, produziram-se muitas modificações: de uma escassez absoluta de notícias, durante todo o período em que o território permaneceu fechado, passou-se para uma super-ambundância de informação, nos últimos anos que antecederam a libertação de Timor-Leste; da dificuldade de encontrar informantes, passou-se para uma multiplicidade de fontes credíveis e com competências de sistematização da informação; de meses que ocorriam entre os acontecimentos verificados em Timor-Leste e as notícias que chegavam ao exterior, passou-se para uma comunicação quase em tempo real; de pequenas folhas manuscritas ou escritas à máquina, passou-se para a produção e recepção de cassetes áudio e de vídeos. É importante sublinhar-se neste ponto o quanto a Resistência timorense, assim como a Igreja timorense, foram capazes de ir compreendendo a natureza da informação que era útil para a sensibilização da opinião pública no exterior e para o trabalho junto dos *fora* internacionais e como conseguiram aprender novas técnicas de recolha e de apresentação de dados, incluindo a utilização de equipamentos, naquela altura e para aquela realidade, sofisticados.

Mas a informação de fora para dentro era igualmente fundamental, para romper o isolamento a que os timorenses estavam condenados, para lhes dar a certeza de que não estavam esquecidos, para lhes fazer passar a ideia da evolução das percepções da opinião pública e dos combates diplomáticos. Desde o envio de recortes da imprensa portuguesa e internacional e das moções e resoluções aprovadas no seio de cada vez mais instituições, até à criação em Lisboa de um programa diário na rádio oficial destinado exclusivamente a Timor-Leste, utilizando as línguas portuguesa e tetum, inúmeras foram as pequenas e invisíveis acções do movimento de solidariedade que contribuíram para fortalecer a Resistência timorense. Da comunicação unilateral passou-se, ainda em meados dos anos 80, para a montagem de um sistema que abriu as portas a um verdadeiro diálogo alargado: data de 1986 a publicação de uma entrevista colectiva que vários jornais portugueses fizeram, por escrito, e utilizando a solidariedade como intermediário, ao Comandante Xanana Gusmão. Mais tarde, o vídeo e o telefone começaram, com vantagens, a substituir o papel enquanto meio de comunicação.

Neste campo da informação, os portugueses confrontavam-se com uma responsabilidade particular, já que tinham uma língua em comum com a Resistência timorense. Assim

como o TAPOL, desde Londres, e mais tarde a solidariedade indonésia, foram os veículos privilegiados de descodificação das fontes militares e governamentais indonésias e do diálogo com a juventude timorense, a solidariedade portuguesa tinha acesso a fontes, escritas e orais, em língua portuguesa, que era necessário traduzir, para conseguir ampliar o seu eco. Daí nasceram, ao longo dos anos, vários projectos informativos trilingues: em português, francês e inglês.

A utilização da informação servia dois objectivos: por um lado, sensibilizar e formar a opinião pública – é o que nós hoje chamamos “Educação para o Desenvolvimento” ou “Educação para os Direitos Humanos”, de acordo com os ângulos de abordagem; por outro lado, credibilizar as acções de *lobbying* junto de vários tipos de decisores e de instâncias, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Para cumprir cada um deles, era necessário produzir, às vezes a partir de uma mesma informação-base, diferentes tipos de documentos. Mas isso não invalidava o essencial, que era a capacidade de compreender profundamente e contextualizar os dados obtidos, de cruzar fontes diversas para conseguir garantir a fiabilidade da informação e de analisar politicamente o seu significado. Todos tínhamos consciência que da independência de pensamento e do rigor da informação disponibilizada estava dependente a credibilidade do movimento de solidariedade.

Cabe aqui mencionar a importância que teve a estratégia concebida pela solidariedade internacional para, a partir de 1986, lidar com o Comité de Descolonização das Nações Unidas, em Nova Iorque – uma avalanche anual de peticionários que transformou a rotina, moribunda, deste órgão, assim reafirmando sem lugar para dúvidas o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência. A participação portuguesa começou com a presença de membros dos grupos de solidariedade e, por iniciativa destes, atraiu mais tarde a representação institucional de parlamentares de todos os partidos políticos.

Vale a pena também sublinhar a inovação que constituiu, nas sessões da Comissão e da Sub-Comissão da ONU, em Genebra, a participação de testemunhas timorenses, apoiadas pela solidariedade portuguesa e pelos representantes externos da Resistência timorense. Durante mais de uma década, a sua capacidade de dar a conhecer, de viva voz, as causas e as consequências da violação sistemática e gravíssima dos direitos humanos a que o povo de Timor-Leste estava submetido, tiveram um impacto directo nas determinações destes dois órgãos das Nações Unidas.

Ainda neste campo, é bom não esquecer a acção dos parlamentares de muitos países que se empenharam na defesa do direito ao exercício da autodeterminação do povo timorense (em muito menor número, houve parlamentares que tomaram claramente o partido do regime indonésio, prestando-se a organizar missões ao terreno, por exemplo, ou outras iniciativas, com o objectivo de reafirmar a integração, *de facto* ou *de jure*, de Timor-Leste na República da Indonésia). A solidariedade portuguesa manteve uma ligação importante com o Parlamento Europeu, em particular com os deputados portugueses, sugerindo e apoiando a realização de diversos tipos de iniciativas, desde a criação de um grupo de trabalho informal dedicado à questão de Timor-Leste, até à manutenção, durante alguns anos, das condições financeiras e logísticas próprias para garantir a presença de um representante permanente da Resistência timorense em Bruxelas. Da interacção entre o movimento de solidariedade internacional e os parlamentos, nacionais e supra-nacionais, surgiu o grupo “*Parliamentarians for East Timor*”.

Quer as acções dirigidas à opinião pública, quer as acções de *lobbying*, foram apoiadas por uma excelente rede de trabalho internacional. Esta é uma forma de organização dos nossos dias, que foi amplamente utilizada pela solidariedade com o povo de Timor-Leste. Organizações muito diferentes, de acordo com os respectivos contextos nacionais, com capacidades e competências muito diversas, nascidas em diversos passos deste percurso

que durou um quarto de século, conseguiram criar uma malha de comunicação e de intervenção cada vez mais densa e eficaz, fruto das aprendizagens de cada uma e do colectivo.

OS INSTRUMENTOS

Para fazer funcionar esta rede, utilizaram-se dois instrumentos principais: as reuniões periódicas dos grupos de solidariedade – primeiro, a nível europeu, depois nos vários continentes, até culminar em encontros verdadeiramente internacionais, os últimos já realizados na Ásia (por vezes em condições muito adversas, mas que por isso mesmo obtiveram um enorme impacto), nas capitais dos países aliados da Indonésia. O outro instrumento foi a Internet – desde o final dos anos 80 que, por iniciativa do TAPOL e sob a sua coordenação, se estabeleceu uma conferência pública sobre Timor-Leste na qual, da forma mais descentralizada possível, cada grupo colocava ou ia buscar informações que considerava pertinentes. Mais tarde, houve a necessidade de criar também uma conferência privada, através da qual os grupos de solidariedade trocavam mensagens mais reservadas e concertavam posições e acções comuns.

Em Portugal, os instrumentos de intervenção foram-se aperfeiçoando e multiplicando com o tempo, mas podemos dividi-los em quatro categorias: as publicações escritas de todo o tipo (boletins periódicos, brochuras temáticas e ocasionais, documentos de reflexão política e tomada de posições) e os materiais audio-visuais, como exposições itinerantes, discos de música timorense, vídeos, cartazes, autocolantes, etc.; as acções públicas, como abaixo-assinados, conferências, colóquios, debates, concertos e manifestações de rua (que, por sua vez, se desdobraram em vigílias, cordões humanos, expressões teatrais, boicotes à comercialização de produtos indonésios e muitas outras formas de actuação imaginativas); a relação com os média, que foi exigindo progressivamente um maior profissionalismo e adoptou formatos como as conferências de imprensa, a troca privilegiada de informações e documentos, a produção, regular e ocasional, de artigos e peças informativas e de opinião, as entrevistas, a sensibilização permanente; e, finalmente, a intervenção em *fora* políticos e de direitos humanos, tanto a nível nacional, como internacional.

O FINANCIAMENTO

É normalmente um assunto delicado, invisível e pouco referido. Mas sempre essencial. No caso da solidariedade portuguesa, as fontes de apoio financeiro foram diversas e variaram também com o tempo. Os meios foram sempre poucos para as necessidades de acção. Houve actividades que nunca se realizaram porque não existiam fundos. As dificuldades a este nível exigiram, em partes iguais, responsabilidade, imaginação e tenacidade.

A primeira fonte de financiamento foram os próprios militantes da causa timorense: pelo tempo que disponibilizaram, pela participação em despesas sempre que era necessário, pelos contactos que colocavam à disposição para conseguir os meios que faziam falta. O público, progressivamente sensibilizado, aderiu também a campanhas de angariação de fundos e a solicitações específicas em momentos mais fortes. Algumas organizações não-governamentais europeias apoiaram também projectos de grupos de solidariedade portugueses. Nos últimos anos, o Governo português cofinanciou acções concretas de informação e *lobbying*.

AS APRENDIZAGENS

São muitas e dificilmente hierarquizáveis, porque interdependentes. Mencionamos por isso só algumas.

Hoje sabemos que, apesar de durante tantos anos não ter sido possível ver nenhuma luz ao fundo do túnel, a persistência na luta pela justiça vale sempre a pena. Em quantos casos não desistimos por pensar que “*não é realista*”?

No caso da solidariedade portuguesa, a reflexão crítica sobre a história e sobre a experiência colectiva recente foi fundamental. A visão de que a ditadura não é eterna e de que todas as formas de colonialismo são condenáveis e fontes de violência profunda, ajudou a balizar o conflito, a saber distinguir o essencial do acessório, as causas e as consequências, a visualizar o futuro. O ensinamento de Amílcar Cabral esteve sempre presente: não confundamos o colonialismo com o povo do país colonizador que é oprimido pelo mesmo regime.

Também Cabral afirmou: devemos “*pensar pelas nossas próprias cabeças, a partir das nossas próprias experiências*”. Este será, aliás, o lema de um Simpósio que, na cidade da Praia, Cabo Verde, assinalará em Setembro próximo o 80º aniversário do seu nascimento. A independência de pensamento e acção dos cidadãos que se sentem responsáveis pela comunidade humana a que pertencem provou bem nesta caminhada. Quando há diferendos, a firmeza e o diálogo são as vias para encontrar compromissos sérios e soluções duradouras.

O conhecimento das nossas próprias sociedades e do funcionamento dos mecanismos de que se tem vindo a dotar a comunidade internacional para a sua regulação é um resultado dos mais impressionantes deste percurso. Não podemos esquecer, ou desperdiçar, estes adquiridos tão importantes. Colocá-los ao serviço de outras causas, que neste tempo em que vivemos são inumeráveis, é um imperativo de consciência.

O maior domínio das metodologias e dos instrumentos de intervenção cívica foi igualmente um ganho fundamental. Ele permitiu congregar esforços, complementar capacidades e competências, fazer chegar a mensagem onde era vital, nos momentos certos.

O papel que as organizações da sociedade civil podem ter no campo da prevenção e da resolução de conflitos e na luta por um mundo mais justo e mais equitativo ficou demonstrado. Não é necessário que se verifique uma oposição entre a sociedade civil e as instâncias de poder, nomeadamente governamentais. Como a experiência portuguesa exemplifica, a partilha de objectivos – por certo não todos, mas alguns claramente identificados – e a cooperação aberta e saudável são possíveis e benéficas para todas as partes.

Terá sido precisamente a interacção entre a heróica Resistência timorense, no interior como no exterior, os cidadãos activos em muitos países, as organizações nacionais e internacionais e os órgãos de poder responsáveis em várias partes do mundo, que explica o quase surpreendente êxito desta luta pelo direito à autodeterminação. Que façamos deste nosso património comum um ponto de partida e um alimento para todos os combates em que continuamos empenhados.

Díli, 15 de Março de 2004